

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Silva, Miguel Ângelo Soares Pinto da, 1962-

Revalorização crítica das obras do passado

<http://hdl.handle.net/11067/6900>

<https://doi.org/10.34628/zbk0-yb42>

Metadados

Data de Publicação	2023
Tipo	bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-28T11:59:30Z com informação proveniente do Repositório

**REVALORIZAÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS
DO PASSADO. EVOLUÇÃO DAS ATITUDES
EM PORTUGAL – DA IDADE MÉDIA
AO ESTADO NOVO**

Miguel Ângelo Silva

CITAD – FAA-UL

DOI: <https://doi.org/10.34628/zbk0-yb42>

Da Idade Média a finais do século XVIII

Em Portugal, as primeiras medidas de protecção e reconstrução sistemática de edifícios surge na Idade Média seguindo impulsos maioritariamente ligados a princípios de ordem prática, motivados pela necessidade de preservação do uso dos edifícios.

Nesta época de reforço da linha de fronteira territorial da Nação preconizou-se a manutenção das fortificações e outras estruturas antigas de defesa, medidas inspiradas nas ordenações régias de Castela de que existem já registos no reinado de Afonso X, o Sábio. Também os edifícios religiosos sofrem com um factor favorável à conservação dos edifícios. A instituição das visitas, cuja finalidade seria a aferição de conformidade dos mosteiros e outras instalações conventuais das Ordens Militares com as orientações pastorais do Papa, vai abarcar a verificação da conservação dos edifícios pelo próprio estado.

As muralhas, ruínas e os edifícios antigos em geral eram integradas como elementos passivos do passado num presente que se ia construindo quotidianamente, sem que aqueles se assumissem ainda como referência cultural com valor autónomo.

Os primeiros sinais, embora débeis e dispersos, duma alteração de atitude em relação à antiguidade em Portugal surgem no reinado de D. Afonso V (1438-1481). O observador do século XV é defrontado pelo reconhecimento da existência dum distanciamento de carácter histórico entre a antiguidade e o mundo a que pertence. Com um exemplo paradigmático desta atitude emergente foi defrontado o rei D. Afonso V, quando D. Soeiro Mendes, cavaleiro da casa real, lhe solicitou autorização para utilizar duas pedras lavradas provenientes dum templo romano de Évora, com vista ao enobrecimento da sua casa¹. O deferimento real

1 Cf. SOROMENHO et al., 1993: 26

não vai promover a manutenção da integridade daquele monumento, confirmando «um espírito de preservação fragmentária caracteristicamente medieval» (MOREIRA, 1991: 215).

Circunstâncias históricas diversas conduziram à reutilização de partes de obras para outros fins que não os que lhes deram origem, quer se tratassem de ruínas, edifícios abandonados ou edifícios em razoável estado de conservação. Entre outras, talvez a irradiação do Cristianismo tenha sido a alteração que em Portugal mais consequências provoca no tecido construído que houve que adaptar à nova prática religiosa. Caso singular deste período é a igreja matriz de Mértola, antiga mesquita desta povoação que se julga será a única mesquita existente em Portugal reutilizada para o culto cristão. Os vestígios da arquitectura muçulmana foram cobertos, mas o espaço e o desenho da planta foi respeitado².

Durante o reinado de D. Manuel muitos outros edifícios sofrem adaptações e remodelações exteriores, cobrindo ou retirando elementos decorativos e arquitectónicos às traças originais, dando-se uma importante alteração com o notório crescimento no interesse pela Antiguidade manifestado neste reinado (1495-1521). «A partir dos anos 20-30 do século XVI começou a afirmar-se uma corrente introdutora dos modelos clássicos a que o reinado de D. João III vai dar um sentido» (FERNANDES, 1991: 35). Será na intervenção de João de Castilho no Mosteiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa, a partir de 1516, que emerge o interesse pelo conhecimento e aprofundamento da cultura clássica.

A preocupação, já amadurecida, pela valorização do património monumental, enquanto documento, nomeadamente o da antiguidade clássica, relaciona-se com o aparecimento da história urbana. Os diversos monumentos das cidades vão receber as atenções dos textos dos humanistas. Entre outros, André de Resende leva à estampa em 1553, a *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora*, defendendo a importância do passado histórico da cidade, legitimando a sua superioridade e descrevendo de forma científica o domínio romano em Portugal. Já o manuscrito *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, de Francisco de Holanda e publicado em 1564, apresenta-se como um dos documentos

mais expressivos desta época, pela sua extensa lista de programas de obras e melhoramentos da cidade de Lisboa, no campo da fortificação, urbanismo, abastecimento de água e ornamentação.

Os séculos XVI e XVII em Portugal, à semelhança do que se passou de uma maneira geral em toda a Europa, foram períodos de renovação do pensamento cultural e da prática da arquitectura, centralizando-se a efervescência artística na Península Itálica. Em Portugal a preocupação com a manutenção das obras simbolicamente ligadas aos sucessos da monarquia, levaram à atribuição de competências aos principais arquitectos do Reino, sendo relevantes as campanhas de obras de salvaguarda no Convento de Cristo, em Tomar e no Mosteiro da Batalha.

D. João V e o sentido de antiguidade

No século XVIII, surgem as primeiras acções de enquadramento legal para a conservação do Património Monumental, enquadradas numa nova maneira de “ler” os testemunhos do passado enquanto documentos. Em 1720, o monarca D.João V cria a Academia Real de História Portuguesa Eclesiástica e Secular, cuja fundação acompanha o movimento emergente na Europa de reconhecimento da importância do património construído. Na sequência desta incumbência é lançado o primeiro instrumento legal – o Alvará de 1721 – que atribuía à Academia a tarefa de inventariar e conservar obras que demonstravam a passagem de diferentes culturas pelo território nacional, nomeadamente:

«(...)os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios (...)» e «(...) ordena que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça, ou destrua, em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado (...)»³.

Prevalecendo ainda a ideia da descoberta do legado deixado por antepassados longínquos, ela é reforçada pela apropriação do concei-

³ Informação disponível na Internet: <http://www.apena.rcts.pt/aproximar/monumentos>

to de antiguidade, através da descoberta dos monumentos da Roma Clássica. Surgem as primeiras iniciativas inovadoras, embora avulsas, atribuindo valor monumental a edifícios antes desprezados. A política esclarecida de arcebispos como D. Rodrigo de Moura Teles (1644-1728) revela o sentido de abertura atrás referido: Na altura da reconstrução do templo de S. Frutuoso de Montélios, D. Rodrigo impede a destruição do edifício moçárabe, como referido por Francisco de Santiago, «por não se deperder a antiguidade da que havia», patrocinando a construção do novo local de culto «(...) com tanto que sempre ficasse memória da antiga»⁴.

No entanto, segundo Varela Gomes, «Entre o início do século, desta vez a par com a Europa e o fim do Antigo Regime, as promessas que o famoso alvará parecia conter não se concretizaram» (GOMES, 1988: 67). O século XVIII cujo desenvolvimento cultural é brutalmente interrompido pelo terramoto de 1755 – relembre-se a perda total das antighalhas e documentação de enorme valor recolhidos no Museu Arqueológico do Tesouro Velho – não chega a assistir à concretização das principais aspirações do alvará de D. João V. É sem dúvida o primeiro grande sinal de preocupação por parte dum figura ou instituição de estado, deixando marcas na difusão da consciência do valor histórico e artístico dos monumentos e outras estruturas arquitectónicas antigas.

Privado de reconhecimento pela importância e actualidade do documento, em 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho manda publicar de novo o alvará de D. João V, logo após o embargo das obras que decorriam na área do Teatro Romano de Lisboa. Em consequência, Francesco Saverio Fabri, italiano radicado em Portugal e fervoroso estudioso das antiguidades e encarregado pela Coroa de vigiar a conservação daquele local, elabora entre 1799 e 1800, relatórios exaustivos apontando a necessidade da salvaguarda das ruínas do Teatro Romano já que no local do mesmo prosseguiram obras que não contemplavam a sua integridade. Destes documentos resultaram a compra dos terrenos de implantação do Teatro, a construção dum muro de protecção das

⁴ Segundo relato de Frei Francisco de Santiago, *Chronica da Santa Província de N^a Senhora da Soledade*, Lisboa, 1762, pp. 505-505, apud SOROMENHO, 1993: 12

ruínas e a tentativa de recolha dos elementos pétreos de construção entretanto desmontados e aproveitados para construções vizinhas.

A entrada no século XIX é agitada, afastando violentamente para segundo plano as preocupações com valores patrimoniais, de qualquer ordem. A revolução liberal que leva a família real a procurar refúgio no Brasil, arrastando consigo uma considerável quantidade de livros e arquivos, as invasões francesas e consequentes destruições e saques e, finalmente, a guerra civil (1832-1834), provocam a destruição de muitos dos símbolos do antigo regime.

No final da guerra, com a vitória dos liberais sobre o antigo regime, segue-se um conjunto de leis revolucionárias que se vão reflectir no Património herdado pela nova sociedade liberal. Entre outros factores, a exacerbação dos sentimentos anti-clericais vai materializar-se na extinção das ordens religiosas e na consequente venda de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospitais e outros edifícios ligados à estrutura da Igreja, incluindo respectivos conteúdos de ordem artística. Esta acção vai ter um efeito trágico na arquitectura, pintura, escultura e documentação escrita de ordem religiosa, elementos verdadeiramente resistentes do pouco património que ainda restava em Portugal.

Com a destruição do património herdado do passado, a nova sociedade revoltada demonstra com crueldade a luta contra os símbolos que a oprimiram. Como, assim conservar e renovar a herança cultural? Importava destruir o edifício social económico e político do absolutismo, mas não os edifícios que as alterações tinham aparentemente tornado inúteis e que eram um testemunho insubstituível da história de Portugal.

Alexandre Herculano – Protecção como manifesto cultural

É só especialmente através de Alexandre Herculano que renasce o interesse pelos aspectos da conservação e restauro mediante a consciencialização das diversas situações porque passavam os bens patrimoniais no Portugal renascido das cinzas do Antigo Regime.

A partir de 1838, Herculano⁵ dirige *O Panorama*, revista de figurino enciclopédico, onde é publicado o primeiro manifesto sobre a problemática do Património em Portugal. Herculano luta com uma geração detentora de um espírito destruidor, «(...)assumindo-se como “profeta”, colocando-se ao lado do futuro para bradar a favor dos “monumentos da história da arte e da glória nacional”, que todos os dias “desabavam em ruínas”» (CUSTÓDIO, 1993: 39).

Por via duma postura histórica em relação ao monumento, Herculano destacava-se da maioria da classe intelectual da época em Portugal. Considerava que a valorização dos edifícios medievais se devia apenas ao seu valor cultural, independentemente do seu valor de uso imediato, ou da sua função institucional. Para Herculano, as diversas épocas históricas possuíam qualidades formais próprias, só assim sendo possível compreender o papel desempenhado pelos monumentos nas sociedades que os produziram, bem como a riqueza das linguagens vernáculas características de cada uma dessas épocas⁶. De espírito arreigadamente romântico, foi um dos opositores da exclusividade artística do Neo-clássico, proclamando a superioridade da unidade arquitectónica do gótico contra os adereços “inúteis” do Barroco, caracterizando-o de «mau gosto (...) próprio de outro sistema de arquitectura e adaptado a outra ordem de ideias religiosas» (CUSTÓDIO, loc. cit.).

5 Alexandre Herculano (1810-1877), jornalista, escritor, historiador e poeta português do romantismo, à semelhança de Victor Hugo, era um dos principais protagonistas dos debates políticos do seu tempo, tendo exercido funções como deputado entre 1840 e 1842. Se se preocupava com as perturbações que a transformação sócio-económica em curso poderiam provocar na herança histórica e arquitectónica era, principalmente, porque estava convicto que se poderia correr o risco de perda da própria ideia de Pátria, e do seu advir ao longo dos séculos.

6 Cf. FRANÇA, 1966: 83-95.



Templo de Diana, Évora, 1850 - Vue d'un Temple Romain dans la ville d'Évora en Portugal, A. Dupont, desenho tinta da china com aguadas (Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/1241>)



Templo de Diana, Évora, 1939 (Arquivo da Ex. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).



Templo de Diana, Évora (ilustração nossa, 2009)

Importa relembrar que o Alvará de D. João V, em vigor, comprometia explicitamente a noção de “monumentos antigos” a épocas muito definidas, excluindo, entre outros, os edifícios conventuais construídos ao longo da Idade Média e criando assim um vazio legislativo que não terá por certo travado a degradação acelerada a que os monumentos estavam votados. Muitos conventos foram entregues ao exército, passando outros para funções fabris, escolas, hospitais, armazéns, etc.. Desta acção decorreram óbvias campanhas de adaptação funcional dos espaços as quais, regra geral, puseram irreversivelmente em causa testemunhos patrimoniais e artísticos do passado.

Durante o período em que Herculano foi deputado, consegue levar à votação a aprovação de verbas para campanhas de obras nalguns monumentos e propõe alterações legislativas que incluissem as épocas de origem dos monumentos para além das defendidas pelos alvarás de 1721 e 1802, contribuindo ainda para a criação da Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, iniciativa louvável embora de pouca duração.

Com a expropriação dos bens da igreja em 1910, os templos são integrados no património do estado, enquanto a maioria dos mosteiros, con-

ventos e outras propriedades são vendidos a particulares que as utilizam, alteram ou as abandonam conforme o caso. Nalguns dos casos o valor destes bens não provinha das suas construções, mas sim na extensão de terra que as propriedades detinham pois isso representava capacidade de exploração agrícola e pecuária, desempenhando as construções, quantas vezes de elevado valor arquitectónico, papéis secundários como habitação de trabalhadores ou abrigos de animais. Em muitos casos, porém, principalmente as grandes estruturas localizadas junto a linhas de água activas todo o ano, os edifícios eram transformados em unidades industriais sofrendo as adaptações necessárias a estas novas funções, o que também vem deixar um rasto modificador muito forte.

Já os casos de património da igreja que caem sob domínio do Estado acabam por ficar mais salvaguardados de destruição, sendo também convertidos noutras funções, desde escolas, universidades, hospitais ou quartéis, com as respectivas campanhas de adaptação física tanto ao nível dos espaços interiores como de fachada.

Exemplificativo da navegação sem rumo a que estava sujeito o património, o conjunto da Igreja e Convento de S. Francisco, em Leiria deixa-se ler como documento da história dos homens que é. Nasce como convento franciscano apresentando notável caracterização renascentista e barroca. Em 1910, é expropriado sob a política “laicizadora” republicana, passando a servir de cadeia até 1920, quando é cedido à Companhia Leiriense de Moagem. O projecto de adaptação às novas funções industriais é entregue a Ernesto Korrodi apresentando forte adição de novas volumetrias fruto da alteração das necessidades programáticas. Actualmente, a Igreja mantém-se ao serviço do culto, enquanto o edifício fabril sofreu projecto de adaptação para condomínio fechado e zona comercial.

Fora acções isoladas de salvaguarda, fruto do esforço de algum deputado mais esclarecido ou, porventura, mais sensibilizado por alguma situação particular relacionada com a sua costela de origem, o Estado não assumia responsabilidades derivadas duma visão de conjunto do problema. As principais obras de restauro arrancam apenas na década de 1840⁷,

7 Em 1840 as Cortes classificam a Batalha como Monumento Nacional, sendo atribuídas verbas destinadas ao restauro do monumento que começa nesse mesmo ano.

surgindo, no entanto, acções que revelam que o destino da herança cultural, que se apresentava sob a forma de património, deveria ser analisado do ponto de vista da ciência histórica. Os levantamentos e os cadastros começam a recair sobre os monumentos, intervindo já a fotografia moderna⁸ como método científico auxiliar de grande importância para o delinear de projectos de restauro, conservação ou recuperação das ruínas arquitectónicas e arqueológicas do país.



LEIRIA — Frontaria do Convento de S. Francisco antes da construção da Fábrica de Moagem

(7)

Convento de S. Francisco, Leiria – Fachada principal no início do séc. XX, antes da adaptação a indústria, s/d (postal antigo).

Também o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, entre outros, vêem iniciadas campanhas de obra em 1842 e 1845, respectivamente.

8 Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896), revelar-se-á como um dos principais elementos na vanguarda operacional da salvaguarda dos monumentos em Portugal. Arquitecto, arqueólogo e fotógrafo amador, lança entre 1861 e 1863 imagens fotográficas que ilustrarão a Revista *Pittoresca e Descritiva de Portugal*, da Imprensa Nacional. Foi um dos elementos fundadores da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 1864, sendo nomeado por Hintze Ribeiro, em 1882, Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais



Convento de São Francisco – Companhia Leiriense de Moagem
(ilustração nossa, 2010).



Convento de São Francisco, Leiria – Companhia Leiriense de Moagem (ilustração
nossa, 2010).

Em 1880, a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, cumprindo um pedido do Ministro das Obras Públicas, apresentava a primeira relação de edifícios a classificar como Monumentos Nacionais. Agrupava-os em seis classes, abrangendo as obras-primas da arquitectura e da arte portuguesas, os edifícios com significado para o estudo da história das artes, os monumentos militares, a estatuária, os padrões e arcos comemorativos, bem como os monumentos pré-his-

tóricos. Neste relatório faz-se ainda referência ao tipo de intervenção a que devem ser sujeitos, propondo-se também a criação duma Comissão Inspectora dos Monumentos Nacionais, encarregada da aplicação da defesa do Património Histórico. Embora mantendo-se como documento referência até à primeira década do século XX esta lista/ relatório nunca chegou a receber aprovação oficial.

Sucedem-se novos inventários e levantamentos artísticos do país elaborados por diferentes comissões e concelhos, embora revelando uma relativa desadequação operativa o que levava à reclamação das instituições da sociedade civil. Esta produção relativamente intensa no domínio dos estudos histórico-artísticos, enquadra-se no ambiente geral que se vivia na Europa em volta da consagração do monumento histórico, entendido como portador duma ordem de ideias e sentimentos que não podia renovar-se, numa altura em que muitos dos países da Europa Central já haviam publicado as suas próprias leis dos Monumentos Nacionais.

Das glorificações criativas à I Republica

Até à implantação da República realizou-se um número apreciável de restauros, na sua maioria demonstrativos da enorme assimilação das teorias de Viollet-le-Duc entre os arquitectos Portugueses. Das obras de maior destaque deste período saliente-se a obra da Sé de Guarda, dirigida por Rosendo Carvalheira, a Sé Velha de Coimbra por António Gonçalves, a Sé de Lisboa por Augusto Fuschini e o Castelo de Leiria da iniciativa de Ernesto Corrodi.

Na realidade, entre finais do século XIX e o início do século XX era norma a restituição da obra à forma daquilo que deveria ter sido e não daquilo que a realidade de investigações futuras demonstrou que havia sido – as modificações seguem o gosto e as aspirações artísticas e políticas dos seus mentores. O espírito de exaltação medieval é demonstrado em campos diferentes nas duas últimas obras. Relativamente à Sé de Lisboa, Fuschini⁹ formula juízos depreciativos relativamente aos

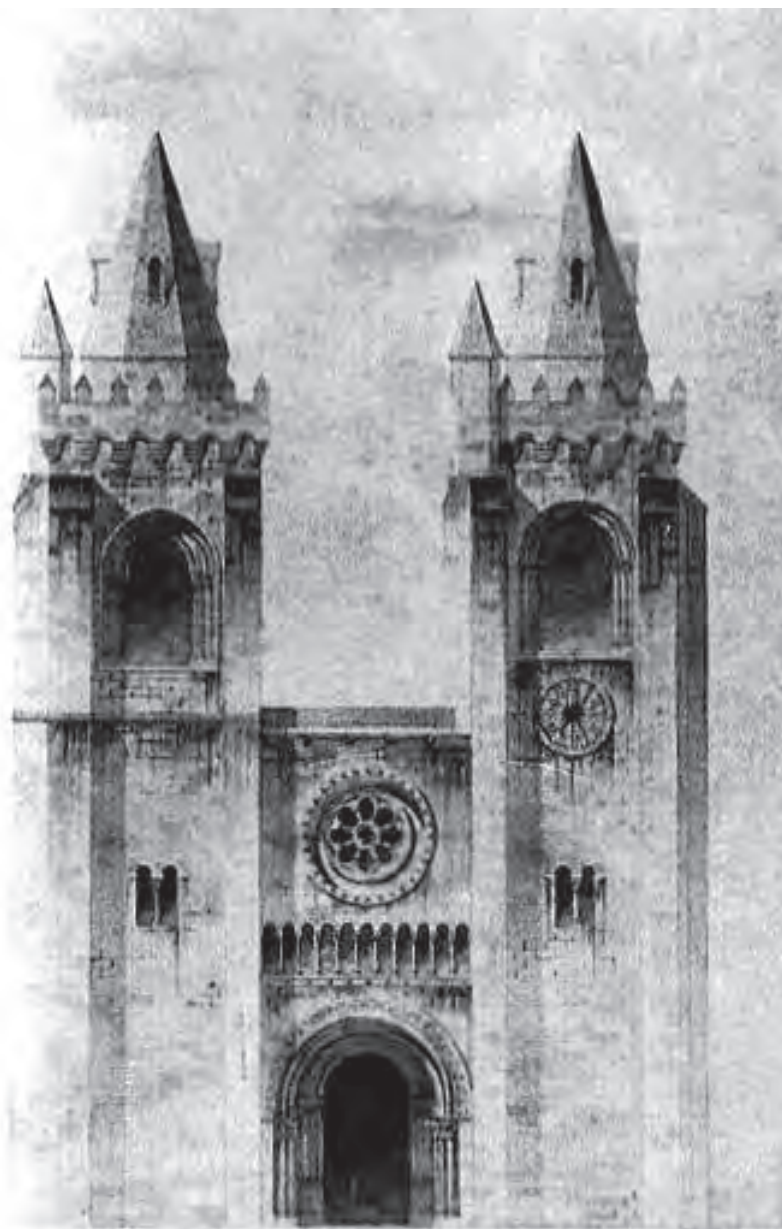
⁹ Augusto Fuschini (1843-1911), engº civil, ministro, político e deputado, vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais. Para além da actividade política de nomeada, dedica-se com fervor aos estudos artísticos com relevo para a intervenção na Sé de

elementos que não se enquadram no estilo românico ou gótico, referindo, como exemplo, que a Sé se encontrava «coberta de horríveis estuques que a mascaravam ridiculamente de estilo clássico (...)» (FUSCHINI, 1904: 142) ou que os coruchéus primitivos «(...) não tiveram a detestável forma com que aparecem, em gravuras e azulejos posteriores ao século XV (...)» (FUSCHINI, loc. cit.). Custódio relembra que para o programa de operações de Fuschini «Importava privilegiar a aparência exterior do edifício, procurando na informação iconográfica as soluções que garantiam a sua reposição na situação originária do tempo medieval» (CUSTÓDIO, op. cit.: 52).



Sé de Lisboa. Aspecto da Sé de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Fragmento de um lambril de azulejos existente na portaria do Mosteiro de S. Vicente de Fora (MOTA, Irisalva (coord.) (1994) - O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte. P. 123).

Lisboa. Entre outros títulos, publica uma interessante obra de arte e de literatura: A architectura religiosa na edade media (1904)



Sé de Lisboa. Fachada principal, projecto para restauro de Augusto Fuschini, 1903. Os primeiros estudos para o restauro foram iniciados em 1882, tendo decorrido a intervenção, sempre envolta em polémica, até meados do século XX. O momento mais marcante decorre sob a direcção de Augusto Fuschini entre 1904 e 1911. O restauro projectado pelo engenheiro e parcialmente executado, pretendia coroar a fachada principal com duas torres “à francesa” e corrigir o coroamento das muralhas (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas).



Sé de Lisboa. Fachada principal (ilustração nossa, 2003).



Sé de Lisboa. Fachada principal, princípios do século XX, foto p.b. (Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

Em 1947, o castelo e a catedral de Lisboa, já com a actual fisionomia medieval fruto da campanha iniciada nos anos 30, serviram de palco às principais cerimónias de comemoração do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques. A última operação, em 1939, termina com a “limpeza final” medievalizante sobre os extractos clássicos sobreviventes, embora, numa procura de equilíbrio, regularizando também algumas marcas deixadas no princípio do século pelo “restauro criativo” de Augusto Fuschini. «Aplaudimos a ideia de eliminar a cachorrada do alto das torres, transpondo as ameias às faces das respectivas paredes» (NETO, 2001: 334), afirmam Raul Lino e Baltazar de Castro no parecer sobre o relatório do estado actual das obras da Sé de Lisboa, em 1939.

Já Corrodi verá alimento para o seu espírito romântico no ambiente de melancolia das ruínas do Castelo de Leiria que irá influenciar fortemente o carácter da intervenção. Em 1895, ao iniciar os seus estudos para a intervenção, o Castelo encontrava-se muito arruinado, embora mantendo um ar frágil e gracioso que se sobrepunha ao carácter austero das muralhas de uma fortaleza medieval. A emoção estética gerada pelo efeito pictórico da atmosfera de abandono das ruínas das muralhas e do balcão mourisco, combinada com a presença caótica de elementos naturais, como a vegetação e o relevo acentuado, sintetiza-se num projecto de reconstrução com enorme sabor romântico a cenário francês na idade média¹⁰. As obras duraram até 1950, no final já sob a égide da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.

10 A proposta do arquitecto suíço, naturalizado português, Ernesto Corrodi (1870-1944) para o Castelo de Leiria foi elaborada entre 1895 e 1898, sendo acompanhado por um profundo estudo histórico-arqueológico das ruínas. As obras iniciaram-se em 1915 e de forma apenas parcelar, já que a sua proporção contrastava com os recursos depauperados do país, mais tratando-se duma intervenção de arquitectura civil com fins “meramente culturais”. Cf. KORRODI, Ernesto (1898) - Estudos de reconstrução sobre o Castelo de Leiria: Reconstituição Graphica de um notavel exemplo de construcção civil e militar portugueza. Zurich: Instituto Polygraphico.



Castelo de Leiria antes da intervenção no final do séc. XIX (extracto de postal antigo).



Castelo de Leiria na actualidade, mostrando os frutos das campanhas das correntes restauradoras da 1ª metade do séc. XX (ilustração nossa, 2003).

Em época de confrontação das várias teorias do restauro pelo resto da Europa, também em Portugal se levantavam vozes ressaltando alguns perigos do restauro integral defendido por Viollet-le-Duc. Gabriel Pereira (1847-1911) cumpriu um papel principal nessa acção defendendo a validade das questões levantadas por Camilo Boito em 1893 (é melhor consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar). A lucidez

e actualidade com que interpreta os problemas levantados por Boito, num ambiente intelectual algo hostil, merecem o registo do pensamento de Gabriel Pereira na revista *Arte Portuguesa*:

Os problemas colocados por Camilo Boito, «eram mais válidos porque impediam a falsificação e a habilidade dos arquitectos que sobrepunham sobre a linguagem original e diferente dos séculos, emendas e interpolações do seu género ou saber, em vez de respeitarem o monumento tal como ele se apresentava na actualidade. No restauro havia que optar por nada destruir, salvar a ruína, conservá-la e, quando fosse necessário alterá-la, deveria antecipadamente proceder-se ao registo documental e gráfico do edificado» (apud CUSTÓDIO, op. cit.: 51).

Em 1901 era instituído o Conselho Superior de Monumentos Nacionais, de composição pluridisciplinar, que levou ao debate crítico das funções culturais do monumento e do seu próprio conceito. Pouco conclusivo relativamente à criação de directivas claras quanto à qualidade dos critérios de intervenção no património construído, o trabalho do Conselho dos Monumentos vai-se reflectir na publicação em 16 de Julho de 1910 dum extenso decreto de classificação, ordenado de forma sistemática segundo tipologias e privilegiando sobretudo a arqueologia.

Posto em causa pelos líderes republicanos entretanto no poder desde Outubro de 1910, o decreto monárquico será destituído por uma nova lei do património publicada em 26 de Maio de 1911. As novidades passavam principalmente pelo sentido descentralizador das competências, agora com concelhos de arte e arqueologia sedeados em três áreas geográficas distintas. A maior divulgação e fruição dos bens culturais originada por esta acção, bem como a abertura à participação nos referidos concelhos das vozes críticas da sociedade, desde artistas, historiadores de arte, etnólogos, arqueólogos e de políticos e homens de cultura, espelha o liberalismo das novas tendências culturais da I República. Com acção relevante na luta contra os poderes instituídos, principalmente ao nível camarário, a actividade dos concelhos de arte e arqueologia vai saldar-se também nas preocupações com o património das regiões mais afastadas da capital, com um assinalável número de novas classificações.

Estado Novo e a acção da DGEMN

Com a ditadura militar e o Estado Novo vive-se um período de florescimento de obras de intervenção e restauro patrimonial, não obstante a política de gestão do património sofra um retrocesso no caminho do centralismo decisório e do corporativismo das instituições relacionadas com a cultura e a arte. Em 1929 é fundada a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), centralizando os serviços de arquitectura e construção civil do Estado em volta duma ideia em crescimento diário - a ideia do restauro de todo o património monumental e artístico, preservando “correcta e orientadamente” os testemunhos da nacionalidade e confirmando quanto possível a sua longevidade. São também da iniciativa dos responsáveis do governo da ditadura a categorização do património cultural português em três graus de classificação: os monumentos nacionais, os imóveis de interesse público (figura criada em 1932) e o imóveis de valor concelhio (Ilustração criada em 1949). Estes novos graus marcam novas etapas de alargamento da noção de património cultural, representando uma estratificação e uma distinção do mérito artístico, histórico e social dos edifícios classificados.

«Restauro material, restauração moral, restauração nacional; não me acode ao espírito nenhum outro exemplo mais expressivo que a dessa magnífica peça arquitectural – hoje a Biblioteca e Arquivo de Braga – há setenta anos incendiada, em destroços, aguardando através de dois regimes e de muitos governos contrários que nós restaurássemos, restituíssemos à pureza das suas nobres linhas (...)»¹¹.

O conteúdo do texto de Salazar é claro e dogmático no estabelecimento de uma relação directa entre critérios de intervenção no património arquitectónico e a recuperação de valores ideológicos, «(...) os monumentos são o espelho vivo desses valores, influenciando a filosofia de restauro a utilizar» (NETO, op. cit.: 143).

Restauro será pois o grito do regime salazarista, isto no campo do património arquitectónico, mas também ao nível do campo econó-

11 SALAZAR, António de Oliveira (1945) - *Discursos II 1935-1937*. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora. P. 147.

mico, cultural e moral. O conceito de triunfalismo associado à evolução histórica da Nação condicionam o nacionalismo salazarista de tal forma que apenas os momentos vitoriosos vão servir de testemunho da grandeza do passado, justificando as acções do presente.

«Dar vida às velhas pedras é tornar o passado presente».

Monumentos Nacionais, padrões da raça nos caminhos da História.¹²

Paralelamente, D. Manuel Cerejeira (1888-1976), cardeal de Lisboa e elemento importante no desenvolvimento da doutrina católico-social que apoiava o ideário de Salazar, havia publicado o livro *Idade Média*, pondo em relevo a recuperação de certos valores medievais, considerando que é na Idade Média que se forma a nossa civilização, época na qual o poder espiritual precedia o poder temporal. Encontrada assim a argumentação formal para uma actuação muito controlada sobre o património arquitectónico (principalmente de índole religiosa), chega ao extremo de prenunciar que:

«os acrescentamentos se assemelham na estética da obra a “pastiche”, como os remendos de novo estilo que os modernos fizeram sem critério nas velhas catedrais: mas, se assim é, o futuro os fará cair(...) tais, por exemplo, as reformas e acrescentos neo pagãos, que datam sobretudo do século XVI» (apud NETO, op. cit.: 142).

Concertado o ambiente da acção propagandística, que influencia claramente os critérios de selecção dos imóveis a restaurar, explorando o valor simbólico de cada monumento, assiste-se à montagem de doutrinas de intervenção que permitem a “limpeza” dos monumentos dos acrescentos que omitem a leitura do seu estado primitivo. A mensagem

12 A DGEMN apresentava esta sugestiva legenda enquadrando a documentação relativa ao sector dos monumentos na exposição consagrada às obras públicas: 15 anos de Obras Públicas 1923-1947, realizada em 1947 no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Cf. AAVV (1947) - *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947*. 1º vol., Livro de Ouro, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda.

simbólica de cada monumento deveria ser de leitura clarividente, já que, após “restauração”, deveriam apresentar forte sentido de coerência entre a gramática estético-artística e o período histórico/ político em que se enquadravam.

Obras e intervenções barrocas de importância, nomeadamente inúmeros trabalhos em talha, foram retirados em detrimento dum ambiente medieval místico de forte cariz ideológico. O desmonte de elementos de outras épocas, permitirá assimilar a mensagem pretendida.

A DGEMN, sob a Direcção Geral do Eng^o Henrique Gomes da Silva entre 1929 e 1960, prossegue a vasta campanha de obras sobre templos, castelos, monumentos militares, museus e palácios nacionais. Os princípios arqueológicos de reconstrução e purificação lançados por Viollet-le-Duc serão a matriz estratégica das diversas intervenções, contrariando «uma consciência histórica da vida e da utênciã sucessiva dos edifícios» (FRANÇA, 1974: 458).

É em 1940, em torno da Exposição do Mundo Português, celebrando o duplo centenário, que se assistirá ao momento mais alto da intervenção desta Direcção Geral, através dum vasto número de intervenções, de Norte a Sul do país¹³. O próprio território da Nação e seus monumentos “restaurados” mostrar-se-á como exposição, narrando factos heróicos e simbólicos segundo uma perspectiva triunfalista da História de Portugal.

Não se pode, porém, julgar o exercício deste organismo apenas como concentrado na glorificação das “velhas pedras”. As suas campanhas permitiram que chegassem até aos inícios do século XXI inúmeras estruturas arquitectónicas, mesmo pagando-se o custo de que algumas tenham ficado irreversivelmente irreconhecíveis pela sua “reconstrução”. A actividade sem paragens e a experiência adquirida através do

13 O Arqto. Baltazar de Castro foi Director dos Monumentos Nacionais entre 1936 e 1949, sobressaindo como o grande obreiro das intervenções nos monumentos em torno dos anos 40. A sua acção repercutiu-se num enorme número de intervenções segundo princípios restauracionistas medievos, o que lhe mereceu fortes embates com críticos de arte e arquitectos.

enorme número de intervenções veio a permitir uma evolução (ainda fechada ao exterior) e uma sistémica na forma de actuar, contrapondo-se aos factores aleatórios a que o restauro estava antes sujeito. Esta procura de renovação e de orientação científica na salvaguarda e actuação sobre o património vai-se revelar como suporte credível para aqueles que lutavam pela preservação da memória colectiva.

As obras do “Estado Novo”, encarnado aqui por Duarte Pacheco¹⁴ tiveram pois em 1940 o seu ano áureo que, coroado, pela Exposição do Mundo Português, haveria de ser «perpetuado no dobrar dos tempos e na imaginação dos vindouros»¹⁵.

Em jeito de síntese, Teotónio Pereira¹⁶ refere como pilar fundamental da arquitectura do “Estado Novo” «um espírito retrógrado em que a pesquisa formal e espacial se fundamenta num raciocínio historicista e estático que olha para o passado numa perspectiva acrítica e essencialmente não renovadora» (PEREIRA et al., 1981: 48).

14 Duarte José Pacheco (1899-1943), engenheiro, Ministro das Obras Públicas de Salazar, contrariando habilmente a política sufocante do regime, foi detentor de iniciativas estruturantes para o país ao nível do ensino, da cultura, dos planos de urbanização e duma nova política de habitação. Revolucionou o sistema rodoviário nacional e foi o responsável pela materialização do Parque do Monsanto e do aeroporto de Lisboa.

15 Discurso de Duarte Pacheco na Emissora Nacional. In *Revista Municipal* (número especial dedicado à memória de Duarte Pacheco), Janeiro de 1944.

16 Nuno Teotónio Pereira (1922), arquitecto português reconhecido pela procura desde o final da década de quarenta da conciliação entre estilo tradicional e a busca de modernidade. Presente com a sua escrita e constantes tomadas de posição na luta contra a postura do antigo regime, publicando diversos estudos centralizados na procura de novas e mais humanas formas de habitar, de que se destacam: *Habitação Económica de Reajustamento Social* (1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948, em co-autoria com Manuel Costa Martins); *Estudo interpretativo dos objectivos a prosseguir através do SAAL*, in *Livro branco do SAAL* (1976); *Prédios e Vilas de Lisboa* (1995).

Bibliografia

- CUSTÓDIO, Jorge (1993) - De Alexandre Herculano à Carta de Veneza. In Dar Futuro ao Passado (Coord. de Maria Eduarda Leal Coelho). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, S.E.C.. P. 33-73.
- FERNANDES, José Manuel (1991) - A Arquitectura. In Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91. Lisboa: Comissariado para a Europália 91/ Imp. Nac./ Casa da Moeda.
- FRANÇA, José-Augusto (1966) - A Arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Livraria Bertrand.
- FRANÇA, José-Augusto (1974) - A Arte em Portugal no século XX. Lisboa: Livraria Bertrand.
- FUSCHINI, Augusto (1904) - A arquitectura religiosa na Idade Média. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOMES, Paulo Varela (1988) - A Cultura Arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII. Lisboa: Editorial Caminho.
- MOREIRA, Rafael de Faria Domingues (1991) - A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano. Tese de doutoramento em História da Arte. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- NETO, Maria João Baptista (2001) - Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1926-1960). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, FERNANDES, José Manuel (1981) - A Arquitectura do Fascismo em Portugal. Arquitectura. Nº 142. Lisboa. S/ ref. ISSN. P. 39-48.
- SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno Vassalo e (1993) - Da Idade Média ao século XVIII. In Dar Futuro ao Passado (Coord. de Maria Eduarda Leal Coelho). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, S.E.C.. P. 22-32.